Modalidade do Trabalho - Artigo Completo

**OS MECANISMOS ESTATAIS PARA O FOMENTO DO TURISMO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**

***Rosalin, João Paulo1; Costa,Nathalia Oliveira Silva2; Gallo, Fabricio3***

1 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro), e-mail: joao.rosalin@unesp.br

2 Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro), e-mail: [nathalia.os.costa@unesp.br](mailto:nathalia.os.costa@unesp.br)

3 Orientador pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro), e-mail: [fabricio.gallo@unesp.br](mailto:fabricio.gallo@unesp.br)

**RESUMO**

Para atender as novas demandas provenientes de novos perfis turísticos, o Estado tem implementado programas de fomento direcionados ao turismo rural. Para tanto, cada ente da federação desempenha papel bem definido em relação à legislação e transferência de recursos públicos. Portanto, este trabalho objetiva propor um debate e apresentar considerações acerca dos mecanismos estatais utilizados para o fomentar o turismo rural no estado de São Paulo. Nossa análise baseia-se no papel ativo do espaço geográfico na constituição de pactos sociais, no desenvolvimento regional e na implementação das políticas públicas destinadas ao turismo rural. Dessa forma, pode-se evidenciar o papel do Estado como um agente regulador dos usos do território e detentor de mecanismos de planejamento capazes alterar as dinâmicas econômicas locais.

**Palavras-chave:** Turismo Rural; Indicação Geográfica; Mecanismos de Fomento; São Paulo; Políticas Públicas.

**ABSTRACT**

In order to attend new demands of new tourists’ profiles the State have been implementing new public foment programs directed to rural tourism. In this case each member of the federation plays a very defined role regarding to legislation and public resources transferences. Therefore, this paper aims to proposes a debate and presents considerations towards to public support mechanisms used for promote the rural tourism in the state of São Paulo. Our analysis is based on the active role that the geographic space has on the constitution of social pacts, regional development and on the public policies implementation directed to rural tourism. In this way, it can be shown the role played by the State as an regulator agent of the uses of the territory and detainer of some planning mechanisms capable of changes in the local economies’ dynamics.

**Keywords:** Rural Tourism; Geographic Indication; Foment Mechanisms; São Paulo; Public Policies.

**1. INTRODUÇÃO**

Os novos perfils de consumidores e suas respectivas demandas, para que sejam atendidos, requerem transformações em todo o conjunto que organiza determinada economia, suplantando o que já existia no lugar com novas ações, objetos e usos do território, que refletem a forma como se movimenta a totalidade-mundo. O período da globalização é aquele no qual a ciência, a técnica e a informação – sob a égide do mercado global – comandam a produção e o uso dos objetos, ao mesmo tempo que provocam as ações e determinam as normas (SILVEIRA, 2003). Para Kahil (2010), cada fase do capitalismo exige um *éthos* específico e hoje o consumo torna-se o grande fundamentalismo da sociedade. Nesse contexto há, portanto, uma racionalidade hegemônica incorporada aos mecanismos de planejamento, que estimula o consumo e favorece a acumulação de capital. O modelo dominante de planejamento também lança mão de formas que desempenham um papel instrumental levando a efeito transformações nas sociedades (SANTOS, 1997).

A nova *situação geográfica* (SILVEIRA, 1999) que se apresenta, se caracteriza pela difusão de uma *psicosfera* (SANTOS, 2002), movida pela dinâmica do consumo, e de uma *tecnosfera*, (idem, ibidem) por meio da construção de macrossistemas técnicos que permitem e tornam necessária uma nova fluidez e gradativa integração do e sobre o território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2001; FREDERICO, 2017).

O comportamento do consumidor de turismo ganha novas características e, com isso, novas expectativas e motivações de viagens precisam ser atendidas. Em um mundo globalizado e informatizado, onde a exclusividade adquire importância a cada dia, os turistas exigem, cada vez mais, roteiros que se adaptem aos seus desejos, necessidades e preferências. Dessa forma, o Estado lança mão de mecanismos de planejamento que endossam o desenvolvimento das atividades turísticas. Nesse sentido, a atuação dos entes da federação se dá de forma descentralizada e complementar, principalmente no que se refere à legislação e criação de programas de fomento ao turismo.

Tendo em vista as reflexões encaminhadas, este trabalho objetiva propor um debate e apresentar considerações acerca dos mecanismos estatais utilizados para o fomentar o turismo rural no estado de São Paulo. O recorte espacial aqui apresentado, dá-se em decorrência da continuidade de pesquisas elaboradas anteriormente, que nos levaram a pensar como o papel ativo do espaço geográfico influencia os desdobramentos das políticas públicas de turismo rural no território paulista. Como defendido por Melazzo (2006), ressaltamos a importância de não conceituar política pública apenas como programa de ação governamental, haja vista que esse conceito pode representar diversas dimensões dos processos de decisão e intervenção estatal sobre determinada realidade ou ainda configurar-se enquanto espaço de disputas entre diferentes agentes, sejam eles hegemônicos em seu poder de ação ou não.

Nossos caminhos investigativos desdobram-se em três seções, de modo a conduzir o interlocutor pela hierarquia das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo rural. A primeiro momento, apresentam-se as legislações e políticas públicas para o turismo rural no âmbito federal; posteriormente, são trazidos ao debate os programas de fomento ao turismo paulista, bem como o processo de regionalização; e, por fim, são elucidadas as competências municipais.

**2. DESENVOLVIMENTO**

As transformações no meio rural, principalmente nas relações de produção e trabalho, decorrentes do processo da globalização e da intensificação da modernização na agricultura geram consequências como a desvalorização das formas tradicionais da produção e a busca de novas fontes de dinamização econômica. Cresce o número de propriedades rurais que incorporam atividades turísticas em suas rotinas, haja vista que, cada vez mais, os turistas estão em busca de localidades que apresentem características – naturais e culturais – próprias. O espaço rural representa para o turista uma oportunidade de contato com paisagens, experiências e modos de vida distintos dos encontrados nos centros urbanos (LOTTICI KRAH, 2003).

O Turismo Rural pode ser uma ferramenta para novas relações econômicas e sociais das regiões, contribuindo para a valorização do patrimônio histórico e dos produtos locais, para a conservação ambiental e para a atração de investimentos públicos e privados em infraestrutura. Conforme Roque (2001), há variadas hipóteses sobre o surgimento das primeiras experiências da atividade, em meados do século XX, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, assim como na Argentina e no Uruguai, as atividades passaram a ser desenvolvidas na década de 1980 (Brasil,2003) e, desde então, cresceram significativamente em todo o território brasileiro, dada a ampla gama de empreendimentos, circuitos e rotas elaborados com base em atrativos naturais, históricos, culturais e gastronômicos dos lugares.

A criação, em 1991, do programa LEADER (Ligações entre as Ações de Desenvolvimento Rural), cujos fundos são administrados pelos respectivos Ministérios da Agricultura dos países membros da União Europeia (UE), incentivou diversos países a implementarem políticas públicas de apoio ao Turismo Rural e à outras atividades não-agrícolas capazes de promover o desenvolvimento econômico rural. No Brasil, o primeiro marco institucional da atividade se dá em 1998, durante Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, na publicação da *Carta de Santa Maria*, documento que deu origem ao marco conceitual e às Diretrizes Operacionais do turismo rural. Para o Ministério do Turismo, “Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2003).

As principais preocupações para os agentes do turismo rural, especialmente para os agricultores familiares, são relativas às legislações fiscal, tributária, trabalhista, sanitária e previdenciária. Porém, a atividade também está sujeita a legislações que contemplam aspectos ambientais, culturais, comerciais, turísticos, fundiários e agrícolas, no âmbito federal, estadual e municipal. A cooperação entre os diversos agentes, além de facilitar a organização, a divulgação e a comercialização do negócio, aumenta o leque de atrativos ofertados e potencializa a chance de envolvimento e de participação do poder público, especialmente no que se refere a melhoria da infraestrutura básica, no fomento e na promoção. Em concordância com Cataia (2013), entendemos que as articulações entre os entes da Federação brasileira no atual período são mais competitivas que cooperativas e que essa postura gera desenvolvimento desigual das localidades. “A Federação é um arranjo político que permite que cada ente e cada lugar tenham uma participação solidária no conjunto da nação. Com isso, o território tem papel ativo na constituição da arquitetura política nacional” (CATAIA, 2013, p. 1137).

Em pesquisa anterior, ao analisar as transferências voluntárias de recursos públicos, foi possível constatar a importância do orçamento público nas relações entre os entes federados, uma vez que a sua composição “regula maiores ou menores autonomias municipais e regionais, tendo em vista que algumas parcelas do território recebem mais recursos do que outras, proporcionando assim uma modernização pontual e seletiva” (ROSALIN e GALLO, 2018, p. 311). Na ocasião, foi observado que a criação da Região Metropolitana de Campinas e de uma autarquia estadual responsável pela sua gestão (a Agência Metropolitana de Campinas - Agemcamp) tornaram-se importantes ferramentas para a captação de recursos juntos ao ente federado estado de São Paulo, relevantes sobretudo para os municípios com menor arrecadação de tributos próprios, pois possibilitaram uma ampliação da densidade técnica em seu território.

A diferença existente entre os lugares torna evidente que para todos o período é o mesmo, mas a difusão do meio técnico é seletiva no território. Nesse contexto, as iniciativas de fomento estatais podem colaborar com a atenuação das desigualdades supracitadas, características também herdadas da formação socioespacial brasileira. Portanto, para esta pesquisa recorremos a procedimentos metodológicos que nos permitiram alcançar o objetivo proposto, sendo eles: a) levantamento e revisão bibliográfica acerca de temas que colaboram com a produção técnica e teórica do trabalho; b) pesquisa documental – das leis e documentos oficiais aqui mencionados; c) coleta e análise de dados disponibilizados pelo Ministério do Turismo, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e d) produção e análise cartográfica a respeito dos signos distintivos registrados e produtos potenciais para *Indicações Geográficas* em território paulista.

* 1. **Legislação e políticas públicas para turismo rural em âmbito federal**

Historicamente, os entes da federação brasileira têm elaborado um diversificado aparato legal que regulamenta as atividades turísticas com base em suas atribuições, conforme determina a Constituição Federal de 1988. Em âmbito federal, alguns decretos da legislação brasileira são pertinentes para o estabelecimento de atividades ligadas ao turismo rural, sendo eles:

1. **Legislação tributária e fiscal**:informa sobre as obrigações decorrentes dos tributos e dos impostos. São exemplos, o Regime Tributário das Micro e Pequenas Empresas e Instituição do SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - (Lei nº 9.317/96), que dispõe sobre o SIMPLES e o regime tributário de micro e pequenas empresas; e o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9.841/99), um tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido para micro e pequenas empresas.
2. **Legislação trabalhista**: traz especificidades a serem seguidas na relação com os empregados do empreendimento rural. Compõem essa categoria o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 5.889/73), que elabora normas reguladoras do trabalho rural; e a Lei nº 11.718/08, que cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural (admite que a exploração da atividade turística não anula a condição de segurado especial) e prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais.
3. **Legislação sanitária**: exige a garantia e a manutenção da saúde humana. As resoluções RDC/ANVISA – nº 216/2004 – Capítulo 4 (Resolução sobre as boas práticas para serviços de alimentação) e a RDC/ANVISA – nº 218/2005 - Capítulo 4 (Resolução sobre procedimentos higiênico-sanitários para manipulação de alimentos e bebidas preparados com vegetais) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) são exemplos.
4. **Legislação ambiental:** normas referentes à proteção do meio ambiente. Incluem-se nesse contexto a Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98 – Capítulo V), que aborda os crimes contra o meio ambiente; a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação; a Medida Provisória ao Código Florestal (MP nº 2.166-67/2001 - Artigos 1º e 2º), que dispõe sobre a quantidade mínima de área que deve ser mantida na propriedade para reserva florestal legal e sobre a exigência mínima de recomposição em áreas já desmatadas.
5. **Legislação sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural:** componente legislativo que informa o que contempla a proteção que o Estado oferece em relação patrimônio histórico-Cultural (inclui-se aqui os bens rurais). O Decreto-lei nº 25/1937 conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e dispõe sobre o tombamento.
6. **Legislação agrária:** dispositivos legais referentes às práticas agrárias. A Política Agrícola (Lei nº 8.171/91 – Capítulos V e XIII e Artigo 99) dispõe sobre assistência técnica e extensão rural, crédito rural e sobre a obrigatoriedade do proprietário rural em recompor a reserva florestal legal, quando necessário; a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326/06 – Artigo 3º) apresenta os beneficiários e expõe sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
7. **Legislação sobre acessibilidade:** refere-se às formas de preparação para o atendimento de pessoas com deficiência. O Decreto-lei nº 5.296/2004 regulamenta a Lei nº10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e norma ABNT NBR 9050-2004, que normatiza a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos.
8. **Normas técnicas para atividades turísticas:** são documentos que estabelecem regras, diretrizes ou características acerca de um produto ou serviço tais quais a ABNT NBR 15507-1 para turismo equestre; ABNT NBR 15505-1 e ABNT NBR 15505-2 para turismo com atividades de caminhada; e ABNT NBR 15509-1 para cicloturismo.

Além da legislação, a roteirização turística é uma das estratégias inserias no “Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil” (BRASIL, 2007), que busca estruturar, ordenar, qualificar, ampliar e diversificar a oferta turística. O procedimento atua na construção de parcerias em níveis municipal, regional, estadual, nacional e internacional. Seu objetivo é integrar e fortalecer o compromisso entre os agentes envolvidos e apoiar a produção de roteiros turísticos de forma articulada e integrada de modo a “aumentar a iniciativa privada nas regiões, promover a inclusão social, resgatar e preservar valores culturais e ambientais” (BRASIL, 2007, p. 12).

Nesse contexto, as rotas turísticas gastronômicas tornam-se uma importante estratégia, pois têm como principal objetivo a criação de um potencial turístico sobre localidades, através do desenvolvimento de produtos agropecuários de qualidade e a adequação das produções às vertentes ambientais, sociais, culturais e gastronômicas de cada região. Neste sentido, a aplicação do conceito de *denominação de origem geográfica* a esses produtos visa não somente a preservação de um território com potencialidades para a sua produção, mas, igualmente, do “patrimônio histórico-cultural das populações que, ao longo de séculos, criaram e desenvolveram técnicas e processos de organização do espaço, de adaptação de solos e castas, de produção(...), de promoção e de comercialização” (PEREIRA, 1996, p. 179).

Apesar de ser uma prática antiga na Europa, a criação e estabelecimento das *indicações geográficas* (IGs) no Brasil é bem recente. Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), *denominação de origem* (DO) e *indicação de procedência* (IP) compõem as duas modalidades de IGs previstas pela Lei de Propriedade Industrial (Lei Nº 9279, de 14 de maio de 1996) e têm sido vistas como formas de mobilização e valorização dos territórios, além de ferramentas de potencialização de valor para produtos típicos regionais, com qualidade diferenciada. Ao INPI, autarquia federal ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cabe a responsabilidade pelo estabelecimento das condições de registro dos produtos, conforme sua resolução Nº 75/2000. Tal resolução elenca uma série de documentos necessários para o reconhecimento e registro das IGs, dentre eles, o regulamento de uso do nome geográfico, a delimitação da área geográfica, a descrição do produto ou serviço exclusivos da localidade e sua respectiva notoriedade.

O regulamento de uso de uma IG consiste em uma série de regras definidas e acordadas entre os produtores estabelecidos dentro da área delimitada pela IG, as quais deverão ser seguidas para que eles possam usar a IG em seus produtos (BRASIL, 2008). A extensão da área de abrangência deve delimitar, com a máxima precisão possível, o território onde se produz o produto original (INPI & SEBRAE, 2011). A base territorial para obter o direito de usar uma IG deve estar estreitamente relacionada com a especificidade do produto e seu vínculo com a origem geográfica. Ela representa também o principal limite do sistema, já que não permite que nenhum outro produtor externo à área delimitada utilize a IG (FAO & SINERGI, 2010) (VALENTE, PEREZ e FERNANDES, 2013, p. 1330).

Existem, ainda, no Brasil várias entidades que agregam proprietários rurais ou agricultores que trabalham com o segmento turístico. Em contexto nacional, podemos citar a Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), membra do Conselho Nacional de Turismo, órgão colegiado que atua na formulação e a aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades derivados. Esse Conselho é formado por representantes do governo federal, instituições privadas e do 3º setor.

Para os agricultores familiares, há também a possibilidade de obter crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda à categoria. Com o crédito do Pronaf, que adapta suas taxas de créditos e juros à faixa de renda do agricultor, é possível adequar uma propriedade para recepção de turistas ou financiar o plantio de uma safra a ser visitada.

Há também o Cadastur, que visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor. Ademais, as entidades do Sistema S, como o Sebrae e o Senar, bem como algumas instituições de ensino técnico e/ou superior, também dão suporte ao desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, assim como em associações, cooperativas e outras instâncias regionais. Por último, cabe menção aos projetos de turismo rural e agricultura sustentável do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), organismo especializado em agricultura da Organização dos Estados Americanos (OEA) da qual o Brasil faz parte.

**2.2 Os programas de fomento ao turismo paulista e o processo de regionalização**

Os programas paulistas de fomento ao turismo se dão com base nas materialidades presentes no território e nas diversas relações entre agentes. Nesse sentido, destacamos alguns programas a seguir, nos quais é possível identificar uma articulação entre os agentes do setor público (Secretaria de Turismo, Desenvolve SP, Caixa, BNDES, Banco do Brasil, etc.) e privado (Sebrae), que objetivam promover o desenvolvimento das atividades de turismo rural. Além disso, são diversas as modalidades de convênio, pois algumas liberam crédito aos produtores para ampliação e modernização das atividades e outras direcionam verba diretamente aos municípios de interesse turístico. Nesse sentido, o Estado se mune de ferramentas que incluem a sociedade civil como parte do processo de tomada de decisão como, por exemplo, quando os Conselhos são acionados, sejam eles consultivos ou deliberativos.

Um dos principais programas a serem destacados é o Desenvolve SP, que apoia o desenvolvimento das pequenas e médias empresas paulistas. As opções de crédito do fundo podem financiar projetos de investimento em ampliações e modernizações, aquisição de equipamentos e projetos inovadores. Vinculado à Secretaria da Fazenda e Planejamento, o Desenvolve SP foi criado pela Lei Estadual nº 10.853/01 e regulamentado pelo Decreto nº52.142/07.

O Programa de Crédito Turístico (de 2019) do Desenvolve SP em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, com os bancos federais BNDES, CAIXA e Banco do Brasil e com o Banco do Povo, Sebrae e InvestSP, objetiva uma maior efetividade na estruturação dos destinos turísticos, seja por meio da implementação de planos de investimentos do setor público ou da execução de projetos do setor privado, para garantir o desenvolvimento econômico e social do estado.

Por intermédio do decreto nº 56.638, de 2011, a Secretaria de Turismo dispõe em sua estrutura o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR), que congrega, em 2021, 70 municípios denominados estâncias turísticas. O departamento foi criado pela Lei nº 6.470, em junho de 1989 para transferir recursos diretos para a execução de obras e programas ligados ao desenvolvimento do turismo nas cidades reconhecidas como estâncias. Os recursos dos convênios que essas cidades celebram com o DADETUR provêm do Fundo de Melhoria das Estâncias (artigo 146 da Constituição do Estado de São Paulo) e funciona de acordo com a lei nº 7.862/1992. O recurso está disponível para cada estância no orçamento anual do estado e para recebê-lo, a Prefeitura deve determinar quais serão os objetos dos convênios a serem celebrados. Se aprovados pelo conselho municipal de turismo das prefeituras, os projetos seguem ao Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias, por meio de planos de trabalho. O departamento, então, analisa tecnicamente cada projeto e os aprova quando estiverem de acordo com as normas.

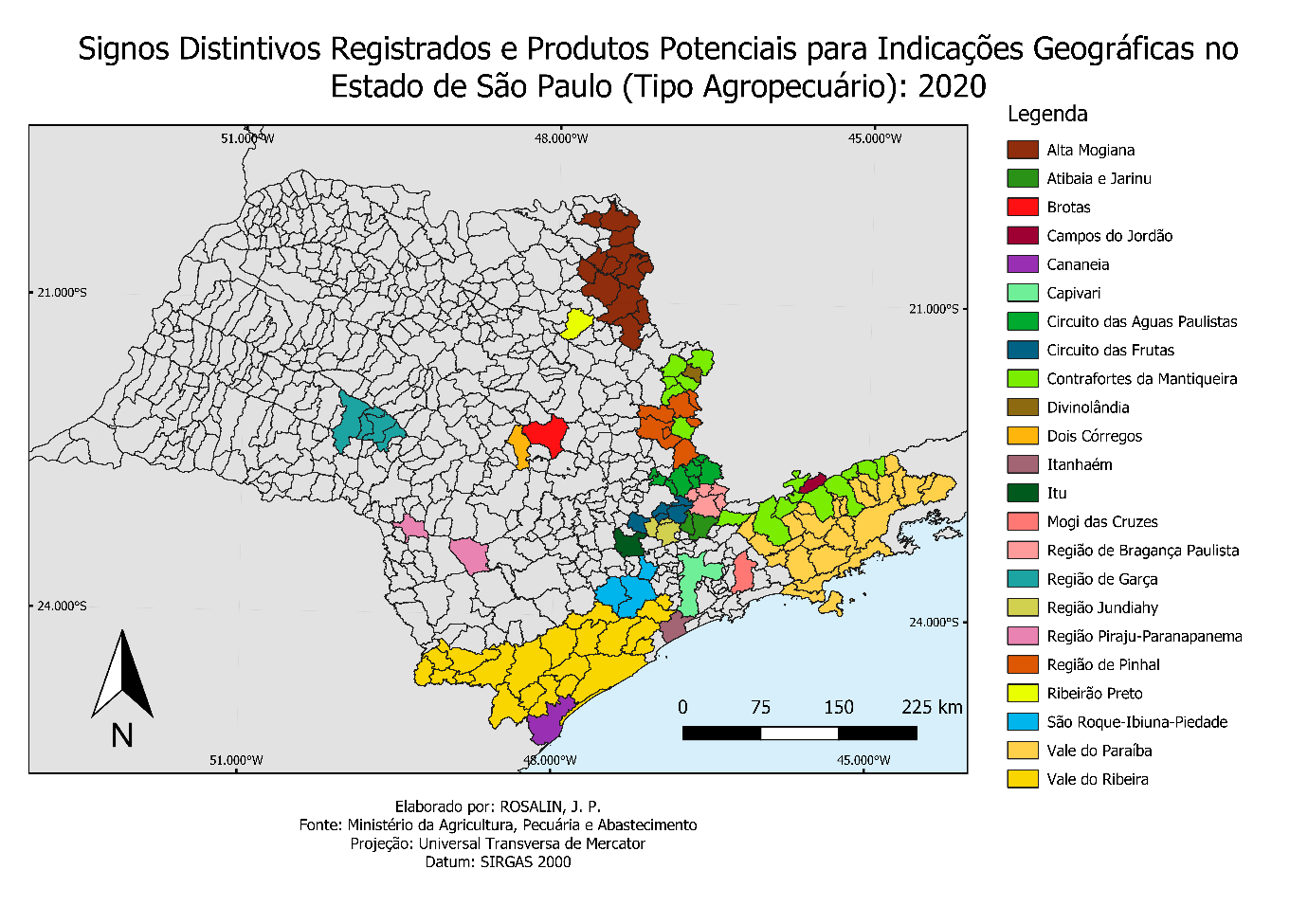
Outra ação do DADETUR é a Cartilha MIT, garantida por uma emenda ao artigo 146 (2013), que tem o objetivo de ampliar o número de municípios beneficiários dos recursos vinculados ao Fundo de Melhoria das Estâncias. Dessa forma, o estado de São Paulo amplia a abrangência de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em território paulista através de um fundo constitucional. Na prática, essa iniciativa do Poder Executivo Estadual institui que 140 municípios serão de interesse turístico. Todos os municípios, excetos as Estâncias já existentes, concorrerão a esse grupo, e para participar desse time, os municípios deverão preencher alguns critérios como potencial turístico, Conselho Municipal de Turismo, serviço médico emergencial, infraestrutura básica, Plano diretor de turismo e expressivos atrativos turísticos. No início de 2021, o Dadetur repassou R$ 27,4 milhões para 50 Municípios de Interesse Turístico (MITs) e estâncias. A Baixada Santista foi a principal beneficiada, com R$ 14 milhões (Santos recebeu R$ 10,8 milhões). Em seguida, vem as regiões de São José dos Campos, com R$ 4 milhões; São Paulo, com R$ 2 milhões; Campinas, com R$ 1,3 milhão; Marília, com R$ 1,2 milhão; Sorocaba, com R$ 1,1 milhão; Registro, com R$ 962 mil; São José do Rio Preto, com R$ 852 mil; Franca, com R$ 808 mil; Bauru, com R$ 385 mil; Central (Araraquara/São Carlos), com R$ 170 mil; Ribeirão Preto, com R$ 157 mil; e Presidente Prudente, com R$ 80 mil.

Há ainda o CONTURESP (Conselho Estadual de Turismo), criado pela Lei nº 8.663, de 25-01-1965, um Órgão Consultivo da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, tendo por finalidade propor medidas que ofereçam informações e dados que reflitam a consciência do Poder Público e das Entidades, para o desenvolvimento da atividade turística no estado de São Paulo. É presidido pelo Secretário Estadual de Turismo e formado por membros que representam as diversas organizações ligadas ao setor, entre secretarias da própria administração estadual, associações, confederações, federações e sindicatos.

Nesse contexto, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento também tem implementado ações visando ao fortalecimento do setor turístico, como o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), que disponibiliza linha de crédito a pequenos produtores que tenham o Turismo Rural como objetivo e a criação da Câmara Setorial de Lazer e Turismo no Meio Rural. Na CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), a Comissão Técnica de Turismo e Lazer diagnostica a atividade em São Paulo, buscando uma consolidação de dados que serão utilizados como base para a implementação de ações direcionadas e regionalizadas, principalmente em locais onde o potencial está inexplorado.

Uma das ferramentas dessa iniciativa são as indicações geográficas, explicitadas no tópico anterior. Em São Paulo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) reconhece as regiões da Alta Mogiana e de Pinhal como IGs de café. Além destas, lista as seguintes áreas com potencial para a indicação: APA Capivari (hortaliças); Brotas (ketchup de goiaba); Campos do Jordão (pinhão); Cananéia (ostra); Centro-norte Paulista (limão Tahiti); Circuito das Frutas (frutas); Circuito das Águas (café); Contrafortes da Mantiqueira (azeite); Divinolândia (café); Dois Córregos (café); Itanhaém (bananada), Itu (café), Mogi das Cruzes (caqui); Região de Atibaia e Jarinu (morango); Região de Bragança Paulista (linguiça de carne suína); Região de Garça (café); Região de Jundiahy (uva Niágara rosada de mesa); Região de Piraju – Paranapanema (café); Região de Ribeirão Preto (cerveja artesanal); São Roque, Ibiúna e Piedade (alcachofra); Vale do Paraíba (arroz) e; Vale do Ribeira (banana). O mapa a seguir mostra a distribuição dessas regiões.

**Mapa 1: Signos distintivos registrados e produtos potenciais para Indicações Geográficas no estado de São Paulo (tipo agropecuário): 2020**

Fonte: MAPA (2020). Elaboração própria

Outro mecanismo utilizado no estado de São Paulo para o fomento da produção agropecuária é o Selo de Qualidade “Produto de SP” que, através de sistemas de qualidade de produtos agrícolas, pecuários e agroindustriais, certifica produtos como café, cachaça, carne bovina e carne de avestruz que possuam qualidade superior diferenciada, mediante o controle de todo o processo produtivo. Dito isso, entendemos as estâncias turísticas, a formação e o funcionamento das indicações geográficas e associações de produtores como mecanismos de empresas, municípios e estados para o desenvolvimento regional. Dessa forma, é essencial uma análise sobre o poder de decisão de agentes estatais, que operam nas disputas em torno da transformação dos espaços locais, e criam tradições produtivas para dar significado aos lugares. Também se torna imprescindível “qualificar as novas formas de produção social e política do território, colocando as questões do poder do Estado – dos agentes hegemônicos – e agentes não hegemônicos no centro da análise e da ação” (CATAIA, 2013, p. 1144), uma vez que é através do Estado, enquanto financiador de recurso, que os projetos para desenvolvimento regional se tornam viáveis.

De um lado as empresas, corporações e agentes privados buscam no Estado o recurso, o dinheiro público, o instrumental normativo e legislativo favorável para o desenvolvimento e viabilidade de seus projetos, afinal é o Estado aquele que fornece infraestruturas produtivas e de escoamento de produção; capital de giro, financiamentos e empréstimos em programas de desenvolvimento econômico (por muitas vezes subsidiados); flexibilização normativa (produtiva, trabalhista, ambiental etc.) para estimular a competitividade em escalas local, nacional e global (GALLO, 2017, p. 485).

Entendemos ser coerente a interpretação destas áreas através do estudo da regionalização como fato e da regionalização como ferramenta (RIBEIRO, 2004), já que estes conceitos permitem simultaneamente uma reflexão conjunta da dinâmica socioeconômica e político-jurídica da formação da sociedade e da estrutura espacial brasileira. A regionalização como fato se dá através do longo processo de apropriação (construção e uso) do território, independentemente da ação hegemônica do presente; já a regionalização como ferramenta é um mecanismo de sustentação da ação hegemônica para seu período. No caso de algumas regiões identificadas no estudo, indicamos que estas ainda seguem padrão herdado de períodos econômicos anteriores, mas ao mesmo tempo buscam inovação técnica, adequação à novas normatizações produtivas, estratégias políticas e especialidades que proporcionem um diferencial ao seu produto ou serviço.

**2.3 Competências Municipais**

Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma maior aproximação do poder público com a sociedade civil. Sua importância está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. A tabela a seguir indica a proposta de ação e organização dos conselhos municipais de turismo.

**Tabela 1: Proposta de ação dos conselhos municipais de turismo:**

|  |  |
| --- | --- |
| PROPOSTA DE AÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO | |
| Pesquisa e Planejamento | - Desenvolvimento de plano municipal de turismo;  - Inventário da oferta básica turística;  - Desenvolvimento de convênios com entidades, municípios, estados e União. |
| Desenvolvimento da Atividade Turística | - Promoção de programas e projetos que visem aumentar o fluxo de turistas de maneira sustentável; |
| - Elaboração de um calendário oficial de eventos; |
| - Ações de preservação, tombamento e/ou manutenção de patrimônios e monumentos históricos de rico valor cultural para a população local, buscando utilizá-los para atividade turística; |
| - Ações conscientização e preservação do meio ambiente; |
| - Ações de preservação e promoção de manifestações populares, folclóricas e/ou artísticas; |
| - Ações de criação de novos produtos turísticos; |
| - Ações de criação de roteiros turísticos pela cidade e região. |
| Promoção e Marketing | - Promoção de planos de marketing, de ações de divulgação e de campanhas publicitárias; |
| - Identificação de segmentos turísticos de destaque na cidade; |
| - Ações integradas com outras cidades da região. |
| Qualificação e Capacitação | - Ações voltadas à capacitação de recursos humanos. |
| Educação | - Contribuição na promoção de campanhas de conscientização das comunidades voltadas para a atividade turística; |
| - Ações educativas com escolas públicas de ensino básico, agregando atividade turística à educação. |

Adaptado de: Estado de São Paulo, 2018.

Os conselhos de turismo têm o propósito de serem consultivos e deliberativos. Como consultivos têm responsabilidade de julgar e discutir os assuntos que lhes forem apresentados e, como deliberativos, têm o poder de propor e deliberar políticas em sua área, principalmente sobre os projetos a serem submetidos. Os conselhos municipais de turismo devem discutir, promover e formular propostas de ação para o desenvolvimento do turismo na escala municipal e, por vezes, regional.

Por esta razão, vemos como relevante a discussão sobre o território usado e seu papel ativo na constituição de pactos sociais, e no desenvolvimento regional. Por meio de um sistema dialético, o território ativo condiciona a ação política, ao mesmo tempo em que as políticas públicas reconfiguram o território (SANTOS, 1986, 1994; CATAIA, 2013) e dão novo sentido ao seu uso. Para nossa análise, partimos da hipótese que as estratégias para o turismo rural possibilitam uma nova organização de agentes e municípios em busca de recursos para a região, efetivada por meio de um novo sentido na ideia de especificidades territoriais e por novas motivações turísticas para áreas não antes, ou diferentemente, exploradas.

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As estratégias de planejamento modificam as relações entre grupos e mercadorias, que não mais objetivam a subsistência por meio de uma reprodução simples, mas à reprodução ampliada, necessária a acumulação. Disso decorre a crescente necessidade de financiamento e o aparecimento do Estado como agente regulador do território. Os projetos que envolvem grande soma de capital necessitam de agentes financiadores, para tanto, o Estado recorre aos grandes bancos e os incluem como agentes participativos em fundos de investimentos. Nesse contexto, a ampliação dos mecanismos de “ajuda” promovidos pelo governo logo eleva a necessidade de capital nas atividades pertencentes ao turismo rural.

Por esta razão, vemos como relevante a discussão sobre o território usado e seu papel ativo na constituição de pactos sociais, e no desenvolvimento regional que originam e dinamizam as regiões pelo consumo do turismo rural. Por meio de um sistema dialético, o território ativo condiciona a ação política, ao mesmo tempo em que as políticas públicas reconfiguram o território e dão novo sentido ao seu uso.

**4. AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem aos organismos de fomento à pesquisa pelo financiamento de projetos que viabilizaram partes da presente investigação. Agradecemos à Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelas Bolsas de Mestrado (Processo nº 88882.433985/2019-01) e Doutorado (Processo nº 88887.598326/2021-00) e à FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo Auxílio Regular à Pesquisa (Processo nº 2017/22674-4).

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização.Brasília:2007. 69 p.: il.

CATAIA, M. Território usado e Federação: articulações possíveis. In: **Educ. Soc.,** Campinas, v. 34, n. 125, p. 1135-1151, out-dez. 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia de Criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo**. São Paulo: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2018.

FREDERICO, S. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 1, p. 73-101, abril. 2017. ISSN 2179-0892.

GALLO, F. Usos do território e o papel do Estado no Brasil: notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 480-496, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3): 475-485, dez. 2010.

LOTTICI KRAHL, Mara Flora. **Turismo Rural: conceituação e características básicas**. Dissertação de Mestrado. Brasília: GEA/IH/UnB, 2003: 30.

MELAZZO, Everaldo Santos. Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. A agenda das políticas públicas em disputa / Everaldo Santos Melazzo. – Presidente Prudente: [s.n.], 2006

PEREIRA, Gaspar Martins. A Região do Vinho do Porto: Origem e Evolução de Uma Demarcação Pioneira. In: **DOURO- Estudos & Documentos**, vol. 1 (1), 1996 (1º), 177194.

RIBEIRO, A.C.T. Regionalização: Fato e Ferramenta. In LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.). **Brasil, Século XXI: por uma regionalização**. Agentes, processos, escalas. São Paulo: CNPq/ Max Limonad, 2004.

ROSALIN, J.; GALLO, F. A relevância das transferências de recursos aos municípios na federação brasileira. Notas sobre a Região Metropolitana de Campinas (SP-Brasil). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 14 (setembro – 2018). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 307-332, dx.doi.org/10.17127/got/2018.14.013.

ROQUE, A. **Turismo no espaço rural**: Um Estudo Multicaso nas regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Dissertação de mestrado. Lavras: Universidade Federal de Lavras,2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. O retorno do território. In SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1994, p. 15-20.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 6, p. 21-28, jan./jun. 1999.

SILVEIRA, M.L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. (org). **Território Brasileiro: Usos e abusos.** Campinas: Edições Territorial, 2003.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; FERNANDES, L. R. R. de M. V. O Processo de reconhecimento das IGs de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. **Ciência Rural** vol.43 no.7 Santa Maria July 2013. Epub June 07, 2013.